

No. 28877

BRAZIL
and
UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN
AND NORTHERN IRELAND

Memorandum of Understanding between the Ministry of External Relations of the Federative Republic of Brazil through the Brazilian Agency of Co-operation and the Overseas Development Administration of the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland. Signed at Brasília on 5 July 1989

Authentic texts: Portuguese and English.

Registered by Brazil on 6 April 1992.

BRÉSIL
et
ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE
ET D'IRLANDE DU NORD

Mémorandum d'accord entre le Ministère des relations extérieures de la République fédérative du Brésil, par l'intermédiaire de l'Agence de coopération brésilienne, et l'Administration de développement d'outre-mer du Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord. Signé à Brasília le 5 juillet 1989

Textes authentiques : portugais et anglais.

Enregistré par le Brésil le 6 avril 1992.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL, ATRAVÉS DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPE-
RAÇÃO, E A ADMINISTRAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
ULTRAMARINO DO GOVERNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-
BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa
do Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação

e

A Administração de Desenvolvimento Ultramarino do Governo do
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte,

Considerando o particular interesse de seus respectivos
países em proteger e promover a qualidade do meio-ambiente e da vida
humana nos planos nacional e mundial;

Considerando a especial atenção que os Governos da República
Federativa do Brasil e do Reino da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
dedicam aos problemas ambientais derivados da expansão das populações
urbanas, do incremento das atividades industriais, do uso indevido ou
indiscriminado de recursos naturais e da insuficiente proteção do meio-
ambiente;

Reconhecendo os benefícios mútuos que a intensificação da
cooperação bilateral na área do meio-ambiente poderá proporcionar aos
dois países;

Tendo presente a importância das questões ambientais na
formulação e implementação de políticas de desenvolvimento econômico e
social nos dois países;

Tendo em conta a relevância da utilização racional dos
recursos naturais, de modo a assegurar que deles possam beneficiar-se
tanto as gerações presentes quanto as futuras;

Reconhecendo que a promoção do desenvolvimento sustentado é um objetivo comum, e reiterando sua adesão ao princípio de que o conceito de desenvolvimento sustentável não pode implicar interferência em assuntos próprios da soberania de cada país, nem constituir pretexto para a imposição de novas condicionalidades para o financiamento do desenvolvimento, e

Considerando os termos do Acordo sobre Cooperação Técnica celebrado entre os dois Governos em 18 de janeiro de 1968 (doravante denominado "Acordo de 1968"),

Convieram no que se segue:

S E Ç Ã O I

Objetivos Gerais

As Partes manifestam a intenção de, em conformidade com as leis e regulamentos de seus respectivos países, cooperar no sentido de buscar soluções racionais e adequadas para seus problemas ambientais, mediante intercâmbio de informações, transferência de tecnologia, atividades de fortalecimento institucional e de fomento a projetos conjuntos definidos como prioritários por via diplomática e por acordo entre as Partes.

S E Ç Ã O II

Programa de Cooperação

As Partes decidirão sobre projetos e programas específicos de cooperação que envolvam o fornecimento de especialistas e serviços, bem como de equipamentos que se façam necessários, nos campos da gestão de recursos naturais, gestão ambiental, solução de problemas do meio-ambiente urbano e industrial, controle da poluição marinha, manejo florestal, conservação de recursos genéticos, avaliação de impacto ambiental. Esta cooperação poderá incluir aspectos de legislação ambiental e de economia do meio-ambiente, bem como estudos sobre o funcionamento de ecossistemas terrestres, tais como pesquisa em hidrologia e climatologia.

S E Ç Ã O III

Atividades de Cooperação

1. As Partes decidem promover suas atividades de cooperação nas seguintes formas:

1. Intercâmbio de peritos, cientistas, especialistas e delegações de cunho técnico, científico e tecnológico.
2. Intercâmbio de informações técnicas, científicas e tecnológicas.
3. Transferência de tecnologias apropriadas.
4. Organização conjunta de seminários, simpósios, cursos de curta e média duração e intercâmbio acadêmico.
5. Monitoramento e estudo conjunto de temas ambientais.
6. Intercâmbio e fornecimento de equipamentos e amostras, produtos, dados, instrumentos e peças de reposição necessários à eficiente condição dos projetos e programas de cooperação acordados mutuamente.

2. Outras modalidades de cooperação que venham a ser consideradas desejáveis poderão ser negociadas sob a forma de um Anexo ao presente Memorando.

S E Ç Ã O IV

Participantes

As Partes indicarão, para participar dos projetos de cooperação, cientistas, peritos e técnicos vinculados a agências governamentais, instituições acadêmicas e outras entidades que, de comum acordo, decidam propor.

S E Ç Ã O V

Financiamento

Fica expressamente entendido que as despesas decorrentes da elaboração e implementação de projetos de cooperação, no contexto deste Memorando, serão disciplinadas em conformidade com as disposições legais contidas no Acordo de 1968.

S E Ç Ã O VI

Implementação de Projetos

A implementação dos projetos de cooperação acordados no âmbito do presente Memorando ficará sujeita às normas aplicadas à cooperação técnica, científica e tecnológica vigente em cada país.

S E Ç Ã O VIIVigência, Duração, Emendas
e Denúncias

1. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor indefinidamente.
2. O presente Memorando poderá receber, a qualquer tempo, emendas acordadas por escrito entre as Partes.
3. As Partes poderão, a qualquer tempo, denunciar unilateralmente o presente Memorando. A denúncia terá efeito imediato, sem prejuízo dos projetos e programas já iniciados e não completados durante sua vigência.
4. O presente documento representa os entendimentos alcançados entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação, e a Administração de Desenvolvimento Ultramarino do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre as matérias acima referidas.
5. O presente Memorando é firmado em dois exemplares, um na língua portuguesa e outro na língua inglesa, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Feito em Brasília, aos 25 dias do mês de julho de 1989.

Pelo Ministério das Relações
Exteriores da República Federativa
do Brasil/Agência Brasileira
de Cooperação:

[*Signed — Signé*]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pela Administração
de Desenvolvimento Ultramarino
do Reino Unido
da Grã-Bretanha
e Irlanda do Norte:

[*Signed — Signé*]

CHRISTOPHER PATTEN

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING¹ BETWEEN THE MINISTRY OF EXTERNAL RELATIONS OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL THROUGH THE BRAZILIAN AGENCY OF CO-OPERATION AND THE OVERSEAS DEVELOPMENT ADMINISTRATION OF THE GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

The Ministry of External Relations of the Federative Republic of Brazil through the Brazilian Agency of Co-operation and the Overseas Development Administration of the Government of Great Britain and Northern Ireland,

Considering the particular interests of their respective countries in protecting and promoting the quality of the environment and of human life in their national and global plans,

Considering the special attention which the Governments of Brazil and the United Kingdom give to environmental problems arising from the expansion of urban populations, the increase of industrial activities, the inappropriate or indiscriminate exploitation of natural resources and insufficient protection of the environment,

Recognizing the mutual benefit which the intensification of bilateral co-operation in the area of the environment would bestow on the two countries,

Having in mind the importance of environmental questions in the formulation and implementation of policies of economic and social development in the two countries,

Taking account of the relevance of the rational use of natural resources in a way which ensures that they are a benefit as much to future generations as to the present,

Recognizing that the promotion of sustained development is a common objective of the two countries and reiterating their adherence to the principle that the concept of sustainable development cannot imply interference in matters concerning the sovereignty of each country, nor constitute a pretext for the imposition of new conditions for the financing of development,

Considering the terms of the Agreement on Technical Co-operation made between the two Governments on 18 January 1968² (hereafter referred to as "The 1968 Agreement"),

Have reached the following understandings:

Section I

GENERAL OBJECTIVES

The participants intend, according to the laws and regulations in their respective countries, to co-operate in finding rational and adequate solutions to their environmental problems, by means of exchange of information, technology transfer, activities which strengthen institutions and promotion of joint projects defined as priorities through diplomatic means and agreement between the participants.

¹ Came into force on 5 July 1989 by signature, in accordance with section VII (1).

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 661, p. 89.

Section II

PROGRAMME AND CO-OPERATION

The Participants will decide on specific projects and programmes of co-operation for the supply of specialists and services, as well as equipment as necessary, in the fields of management of the natural resources, environmental management, the solutions of urban and industrial environmental problems, control of marine pollution, forestry management, conservation of genetic resources, evaluation of environmental impact; this co-operation may include aspects of environmental legislation and economics, as well as studies of the functioning of terrestrial eco-systems, such as hydrological and climatological research.

Section III

ACTIVITIES ON CO-OPERATION

The participants have decided to promote their co-operation activities under the following headings:

1. Exchange of experts, scientists, specialists and delegations of technical, scientific and technological character;
2. Exchange of technical, scientific and technological information;
3. Transfer of appropriate technology;
4. Joint organisation of seminars, symposiums, courses of short and medium length and academic interchange;
5. The joint monitoring and studying of environmental themes;
6. Interchange and supply of equipment and samples, products, data, instruments and spare parts necessary for the efficient conduct of projects and programmes of co-operation jointly decided on.

Other forms of co-operation which are deemed desirable may be negotiated under an Annex to the present Memorandum.

Section IV

PARTICIPANTS

The participants will identify as those participating in the projects of co-operation, scientists, experts and technicians linked to government agencies, academic institutions and other entities, which both participants decide to propose.

Section V

FINANCE

It is expressly understood that the running costs of the development and implementation of the co-operation projects in the context of this Memorandum will be strictly in conformity with the 1968 Agreement.

Section VI

IMPLEMENTATION OF THE PROJECTS

The implementation of the projects of co-operation decided on within the sphere of the present Memorandum will be subject to the norms applied to technical, scientific and technological co-operation current in each country.

Section VII

VALIDITY, DURATION, AMENDMENTS AND DELETIONS

1. The present Memorandum of Understanding will come into operation on the date of its signature and will continue to have effect indefinitely.
2. It will be possible to amend the present Memorandum at any time with amendments decided on by the participants in writing.
3. The participants will be able at any time unilaterally to revoke the present Memorandum. The revocation will have immediate effect, without prejudice to the projects and programmes already started and not completed during the period in which the Memorandum was in operation.

The foregoing record represents the understandings reached between the Ministry of External Relations of the Federative Republic of Brazil through the Brazilian Agency of Co-operation and the Overseas Development Administration of the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland upon the matters referred to therein.

In the Portuguese and English languages both texts being of equal validity.

SIGNED in duplicate at Brasília on 5 July 1989.

Representing the Ministry
of External Relations
of the Federative Republic
of Brazil/Brazilian Agency
of Co-operation:

[Signed]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Representing the Overseas
Development Administration
of the Government
of the United Kingdom
of Great Britain
and Northern Ireland:

[Signed]

CHRISTOPHER PATTEN

[TRADUCTION — TRANSLATION]

MÉMORANDUM D'ACCORD¹ ENTRE LE MINISTÈRE DES RELATIONS EXTÉRIEURES DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL, PAR L'INTERMÉDIAIRE DE L'AGENCE DE COOPÉRATION BRÉSILIENNE, ET L'ADMINISTRATION DU DÉVELOPPEMENT D'OUTRE-MER DU GOUVERNEMENT DU ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE DU NORD

Le Ministère des Relations extérieures de la République fédérative du Brésil, par l'intermédiaire de l'Agence de coopération brésilienne, et l'Administration du développement d'outre-mer du Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord,

Considérant l'intérêt particulier que leurs pays respectifs ont à protéger et à promouvoir la qualité de l'environnement et de la vie humaine aux plans national et mondial,

Considérant l'attention spéciale que les Gouvernements brésilien et britannique accordent aux problèmes environnementaux découlant de l'expansion des populations urbaines, de l'accroissement des activités industrielles, de l'exploitation indue et inconsidérée des ressources naturelles et de la protection insuffisante de l'environnement,

Conscients des avantages mutuels que les deux pays retireraient d'une coopération bilatérale plus poussée dans le domaine de l'environnement,

Sachant l'importance des questions écologiques pour la formulation et la mise en œuvre des politiques de développement économique et social des deux pays,

Tenant compte de l'intérêt qu'il y a à utiliser rationnellement les ressources naturelles de manière qu'elles bénéficient autant aux générations futures qu'à la génération présente,

Reconnaissant que les deux pays ont pour objectif commun de promouvoir le développement durable et réaffirmant leur adhésion au principe selon lequel la notion de développement durable ne saurait supposer une ingérence dans les questions touchant à la souveraineté de chaque pays, ni servir de prétexte à l'imposition de conditions nouvelles au financement du développement,

Considérant les dispositions de l'Accord de coopération technique conclu entre les deux Gouvernements le 18 janvier 1968² (ci-après dénommé « l'Accord de 1968 »),

Sont parvenus à un accord sur les points suivants :

¹ Entré en vigueur le 5 juillet 1989 par la signature, conformément au paragraphe 1 de la section VII.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 661, p. 89.

Section I

OBJECTIFS GÉNÉRAUX

Les participants entendent coopérer, conformément aux lois et règlements de leurs pays respectifs, pour trouver des solutions rationnelles et appropriées aux problèmes environnementaux, au moyen d'un échange d'informations, de transferts de technologies, d'activités de nature à renforcer les institutions et de la promotion de projets communs définis comme constituant des priorités par la voie diplomatique et par voie d'accord entre les participants.

Section II

PROGRAMME DE COOPÉRATION

Les participants conviendront de projets et de programmes de coopération spécifiques portant sur la fourniture de spécialistes et de services, ainsi que du matériel nécessaire, dans le domaine de la gestion des ressources naturelles, de la gestion de l'environnement, des solutions aux problèmes environnementaux urbains et industriels, de la lutte contre la pollution des mers, de la gestion forestière, de la conservation des ressources génétiques, des évaluations d'impact sur l'environnement; cette coopération peut porter sur des aspects de la législation et de l'économie touchant à l'environnement ainsi que sur des études relatives au fonctionnement des écosystèmes terrestres, telles que la recherche hydrologique et climatologique.

Section III

ACTIVITÉS DE COOPÉRATION

Les participants ont décidé d'encourager les activités de coopération dans les domaines suivants :

1. Echange d'experts, de scientifiques, de spécialistes et de délégations de caractère technique, scientifique et technologique;
2. Echange d'informations techniques, scientifiques et technologiques;
3. Transfert de techniques appropriées;
4. Organisation commune de séminaires, de colloques, de cours de moyenne et longue durée et d'échanges universitaires;
5. Suivi et étude communs de questions touchant à l'environnement;
6. Echange et fourniture de matériel et d'échantillons, de produits, de données, d'instruments et de pièces de rechange nécessaires à la bonne marche des projets et programmes de coopération arrêtés d'un commun accord.

Toutes autres formes de coopération jugées souhaitables pourront être négociées dans le cadre d'une annexe au présent Mémoire.

Section IV

PARTICIPANTS

Sont considérés comme tels les personnes participant à des projets de coopération, scientifiques, experts et techniciens associés à des organismes publics, à des

institutions universitaires et autres organismes que les deux Parties jugeront bon de proposer.

Section V

FINANCE

Il est expressément entendu que les dépenses de fonctionnement afférentes à la mise au point et à l'exécution des projets de coopération s'inscrivant dans le cadre du présent Mémorandum devront être rigoureusement conformes aux dispositions de l'Accord de 1968.

Section VI

EXÉCUTION DES PROJETS

L'exécution des projets de coopération décidés dans le cadre du présent Mémorandum sera soumise aux règles appliquées en matière de coopération technique, scientifique et technologique en vigueur dans chaque pays.

Section VII

VALIDITÉ, DURÉE, AMENDEMENTS ET DÉNONCIATION

1. Le présent Mémorandum d'accord entrera en vigueur à la date de sa signature et produira ses effets indéfiniment.
2. Le présent Mémorandum pourra être modifié à tout moment de la manière dont les participants conviendront par écrit.
3. Les participants pourront à tout moment dénoncer unilatéralement le présent Mémorandum. La dénonciation prendra effet immédiatement, sans préjudice des projets et programmes déjà entamés qui n'auront pas été menés à bien durant la période de validité du Mémorandum.
4. Le présent document constitue un accord entre le Ministère des Relations extérieures de la République fédérative du Brésil, par l'intermédiaire de l'Agence brésilienne de coopération, et l'Administration du développement d'outre-mer du Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord sur les questions qui y sont visées.
5. Le présent Mémorandum est signé en deux exemplaires, un en langue portugaise et l'autre en langue anglaise, les deux textes faisant également foi.

SIGNÉ en double exemplaire à Brasilia, le 5 juillet 1989.

Pour le Ministère
des Relations extérieures
de la République fédérative
du Brésil/Agence brésilienne
de coopération :

[*Signé*]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour l'Administration
de développement d'outre-mer
du Gouvernement du Royaume-Uni
de Grande-Bretagne
et d'Irlande du Nord :

[*Signé*]

CHRISTOPHER PATTEN